

ANEXO

(a remeter em suporte papel para a Direcção-Geral de Viação simultaneamente com ficheiro no formato Excel para o endereço eletrónico veiculos@dgv.pt).

DECLARAÇÃO

.....(entidade).....na qualidade de fabricante/representante legal dos veículos da marca.....declara que os modelos de veículos leigeros de passageiros e mistos constantes da presente listagem, respeitam as características técnicas estabelecidas no Decreto-Lei n.º 39/2005, de 17 de Fevereiro, possuindo as seguintes características: 2 eixos, peso bruto superior a 2300 Kg e inferior ou igual a 3500 Kg, lotação igual ou superior a 5 passageiros e uma altura medida à vertical do primeiro eixo igual ou superior a 1100 mm e inferior a 1300 mm, não possuindo tracção às quatro rodas permanente ou inserível.

Data.

Assinatura

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Comando Metropolitano de Lisboa

Aviso n.º 3190/2005 (2.ª série). — Notifica-se o agente M/143217, António Nélson Lopes Belo dos Santos, na situação de licença sem vencimento de longa duração, que, por despacho de 27 de Janeiro de 2005 do comandante do COMETLIS foi determinado o arquivamento do processo n.º 2001LSB00389DIS em que era arguido.

5 de Março de 2005. — O Comandante, *Francisco Maria Correia de Oliveira Pereira*.

Departamento de Recursos Humanos

Despacho (extracto) n.º 6456/2005 (2.ª série). — Por despacho do director nacional de 8 de Março de 2005:

Comissário M/136577, Eduardo de Jesus Guerreiro Rosa — dada por finda, a pedido, a comissão de serviço, nos termos do n.º 8 do artigo 62.º e do n.º 3 do artigo 77.º da Lei n.º 5/99, de 27 de Janeiro, do cargo de 2.º comandante da PSP da Horta.

9 de Março de 2005.—O Director, *João Carlos de Jesus Filipe Ribeiro*

Governo Civil do Distrito de Lisboa

Aviso n.º 3191/2005 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Março da secretaria do Governo Civil do Distrito de Lisboa, é autorizado o abono de vencimento do exercício perdido em 2004 aos seguintes funcionários:

	Dias
Ália Rosete Cavaleiro Sardinha	1
Carlos Eduardo Ramos de Campos Rodrigues	4
Maria Alice Rodrigues	5
Carlos Alberto Fragoso Nobre	9
Maria Cecília da Mata D. G. Antunes	8
Augusto Hilário Carrilho Peixeiro	30
Isabel Maria Pinto Rodrigues	9

Maria José Grencho Milheiro Coelho	30
Zélia Paiva Resende Campos Rodrigues	20
Rosinda Beltrão	18
Grácia Maria Santos Pinto Fidalgo	30
Maria Manuela Ribeiro Pinto Varela	4
Maria da Conceição Camacho Carreira	6
Maria Fernanda Tavares Soeiro	5
Maria Teresa Simões Vieira Carrasqueiro	23
João António Ribeiro Mendonça	2
Maria Augusta Correia Estaré	8
Maria do Rosário da Silva Vala Santos	27
Maria Áurea da Costa Tiago	30
Lina Maria Mateus Mahomed	30
Maria da Conceição Rodrigues	2
Henrique José Pereira Inocêncio	4
Regina Adélia Gouveia Santos	30
Maria José Abreu da Conceição Rodolfo	22
Maria José Ferreira Serpa Fernandes	22
Maria Margarete Silva Tavares de Almeida	8
Luís Jorge Baptista Duarte Dias	2
Maria Eugénia Oliveira Pica de Oliveira	2
Ana Paula Casalini Silva	16
Maria Paula Medeiros Matos Lopo Tuna	20
Ana Sofia Cardoso Baptista Saraiva	30
Maria Emília Olas Henriques	1
Mónica Paula da Cruz Ponciano Galvão	3
Nuno Ventura Rato	30
Susana Maria Gregório Viana	1
Rita Sofia Comédias Pinheiro	2

10 de Março de 2005. — A Secretária, *Maria Beatriz Pires Monteiro Moreira*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 3192/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 23 de Fevereiro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Manuel da Rocha Fernandes, natural de Santo André, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 20 de Novembro de 1965, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

10 de Março de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Despacho n.º 6457/2005 (2.ª série). — I — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, no artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no despacho n.º 2826/2005, do director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 27, de 8 de Fevereiro de 2005, subdelego na coordenadora do Gabinete de Asilo e Refugiados, licenciada Cláudia Cristina Seabra Martins Rocha, com faculdade de subdelegação, os poderes necessários à prática dos seguintes actos:

- 1) Assinar cartões de identidade de refugiado;
 - 2) Conceder e assinar títulos de viagem para refugiados;
 - 3) Decidir sobre a transferência de requerentes de asilo para outros Estados membros da União Europeia, Noruega e Islândia, nos termos do n.º 2 do artigo 29.º da Lei n.º 15/98, de 26 de Março, e autorizar as despesas inerentes até ao limite de € 4500;
 - 4) Decidir sobre a aceitação da responsabilidade do Estado Português pela análise de pedidos de asilo apresentados em outros Estados membros da União Europeia, Noruega e Islândia, nos termos do n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 15/98;
 - 5) Assinar a correspondência ou outro expediente inerente à tramitação dos processos que corram os seus termos pelo Gabinete de Asilo e Refugiados, nomeadamente para efeitos de obtenção dos elementos que se afigurem necessários.

II — Ratifico todos os actos que tenham sido praticados pela coordenadora do Gabinete de Asilo e Refugiados, licenciada Cláudia Cristina Seabra Martins Rocha, até à data de publicação do presente despacho e que se enquadrem nos poderes ora delegados.

8 de Março de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*